# ANEXO X – Termo de Fomento

|  |  |
| --- | --- |
|  | **TERMO DE FOMENTO Nº XXXX/XXXX PARA EXECUÇÃO DE PROJETO APROVADO NO ÂMBITO DO PROTRATAR IV – PROGRAMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS, QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP, E O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXX.** |
| A **ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP**, sediada na Rua Elza da Silva Duarte, n° 48, loja 1A, Manejo, Resende/RJ,CEP: 27.520-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.422.000/0001-01, neste ato representada por seu **Diretor-Presidente**, André Luís de Paula Marques, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 10.490.785-X, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.433.898-86, residente e domiciliado à Rua Ernesto Graglia, nº 196, Alberto Byington, Guaratinguetá/SP, e por seu **Diretora Executiva**, Fernanda Valadão Scudino, brasileira, solteira, advogada, cédula de identidade n° 2188225, expedida pelo SPTS e inscrita no CPF/MF sob o nº 119.567.687-50, residente e domiciliada na Rua Visconde de Santa Isabel, nº 38, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.027-097, doravante denominada simplesmente **AGEVAP**, e, de outro lado **MUNICÍPIO DE XXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em XXXXXXX, XXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXX; neste ato representada por seu Prefeito, XXXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXXXX, expedido pelo XXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXX, nº XX, XXXXXX, XXXXXX/XXX, CEP: XXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no Processo Administrativo nº xxxx/xxxx, na Lei Federal nº 13.019/2014 e Resolução ANA nº 122/2019, aplicando-se as disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes: |
| **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** |
| **1.1.** | O presente Termo de Fomento tem por objeto a implementação do Programa PROTRATAR IV – Programa de Tratamento de Águas Residuárias, através do repasse financeiro ao **MUNICÍPIO** para execução de projeto apresentado pelo ente municipal em Edital de Chamamento Público, referente à XXXXXXXXXXXXX. |
|  | **PARÁGRAFO ÚNICO** | Para atingir o objeto pactuado, o município obriga-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho que elaborou, sendo o ANEXO I (Termo de Referência) deste documento, o qual passa a integrar este Termo de Fomento, independentemente de sua transcrição. |
| **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA** |
| **2.1.** | O presente instrumento terá validade de XX (XXXXX) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado com as devidas justificativas, mediante a celebração de Termo Aditivo. |
| **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO** |
| **3.1.** | O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, constam dos Orçamentos e Planos de Trabalho elaborados pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pela **AGEVAP,** e anexos a este Termo de Fomento. |
| **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES** |
| **4.1.** | Como forma de cooperação mútua na execução dos objetos previstos na Cláusula Primeira, são obrigações da **AGEVAP**: |
|  | **4.1.1.** | Transferir ao **MUNICÍPIO** os recursos financeiros, mediante a medição e atestação de que as etapas descritas no Cronograma Físico-Financeiro foram concluídas e estão de acordo com o Plano de Trabalho elaborado pelo **MUNICÍPIO**. |
|  | **4.1.2.** | Publicar no Diário Oficial do Estado o extrato deste **TERMO DE FOMENTO** e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor. |
|  | **4.1.3.** | Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo **MUNICÍPIO**. |
| **4.2.** | Como forma de cooperação mútua na execução dos objetos previstos na Cláusula Primeira, são obrigações do **MUNICÍPIO**: |
|  | **4.2.1.** | Ter elaborado o Plano de Trabalho (Anexo I) e contratar por meio de processo licitatório próprio de sua responsabilidade, consoante a legislação vigente, empresa especializada para executar os trabalhos necessários à consecução do objeto deste instrumento, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos. |
|  | **4.2.2.** | Fiscalizar o contrato administrativo firmado após o procedimento estabelecido presente na cláusula 4.2.1. entre esta e a(s) empresa(s) especializada(s) contratada(s), de forma que a qualidade técnica, os prazos e os custos previstos sejam observados. |
|  | **4.2.3.** | Designar, através de instrumento legal, que deverá ser entregue à **AGEVAP**, em até 5 (cinco) dias após a data de assinatura deste Termo de Fomento, grupo responsável pelo acompanhamento de todas as fases de elaboração do **PLANO**, sendo obrigatório a nomeação de um gestor (e substituto). |
|  | **4.2.4.** | Designar para o grupo de acompanhamento do **PLANO**, sendo no mínimo 3 (três) servidores do **MUNICÍPIO,** sendo obrigatoriamente: * 1 (um) responsável pela emissão da ART de fiscalização, sendo este obrigatoriamente o gestor do grupo;
* 1 (um) servidor de carreira, do quadro permanente do município;

As informações mínimas dos representantes que devem estar presentes no documento são: nome completo, cargo/função, telefone e e-mail; |
|  | **4.2.5.** | Contribuir, através do grupo de acompanhamento, com o que for necessário para a execução do **PLANO**, assim como pela interação com as equipes da **AGEVAP** e demais atores envolvidos. |
|  | **4.2.6.** | Realizar a convocação formal dos agentes políticos e sociais locais para as reuniões, debates, oficinas, consultas ou audiências públicas e demais eventos que se façam necessários, utilizando os meios de comunicação disponíveis no MUNICÍPIO, para garantir a ampla divulgação das informações. |
|  | **4.2.7.** | Promover a participação e o controle social no processo de elaboração do **PLANO**, por meio de conferências, audiências e consultas públicas, seminários e debates, além da atuação de órgãos de representação colegiada, tais como os Conselhos da Cidade, de Saúde e de Meio Ambiente, caso existam; |
|  | **4.2.8.** | Disponibilizar no sítio eletrônico do **MUNICÍPIO** os dados e estudos técnicos fornecidos pelo PARTÍCIPE, que integrarão o conjunto de dados do **PLANO**, com vistas a subsidiar seu desenvolvimento e validar seus produtos; |
|  | **4.2.9.** | Adotar as medidas necessárias à formalização do **PLANO**, nos Acordos da Lei Orgânica do Município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, da conclusão do **PLANO**. |
|  | **4.2.10.** | Prestar contas dos recursos transferidos. |
|  | **4.2.11.** | Propiciar, os meios e as condições necessários para que a **AGEVAP** possa ter acesso aos produtos e avaliações, bem como os órgãos de controle externo. |
|  | **4.2.12.** | Apresentar as certidões negativas necessárias a comprovar a possibilidade de recebimento de recursos públicos, a saber: |
|  |  | **4.2.12.1** | Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União emitida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). |
|  |  | **4.2.12.2.** | Certificado de regularidade do FGTS (CRF). |
|  |  | **4.2.12.3.** | Certidão negativa de débitos (CND) relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) emitida pela Receita Federal. |
|  |  | **4.2.12.4** | Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT). |
|  | **4.2.13.** | Tomar outras providências necessárias à boa execução dos objetos deste **TERMO DE FOMENTO**. |
|  | **§1º** | Conforme art. 42, inciso XIX da Lei Federal nº 13.019/2014, é de responsabilidade exclusiva do **MUNICÍPIO** o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal. |
|  | **§2º** | Conforme art. 42, inciso XX da Lei Federal nº 13.019/2014, é de responsabilidade exclusiva do **MUNICÍPIO** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no **TERMO DE FOMENTO**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **AGEVAP** a inadimplência do ente municipal em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução. |
| **CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES** |
| **5.1.** | O valor a ser repassado pela **AGEVAP** ao **MUNICÍPIO** será de R$ XXXXXXXXXXX conforme Resultado da Hierarquização do Edital de Chamamento Público nº XX/2021 publicado no sítio eletrônico da **AGEVAP** e de acordo com o Plano de Trabalho e/ou Cronograma Físico-Financeiro, em anexo, que passam a ser parte integrante do presente Termo de Fomento. |
| **5.2.** | O **MUNICÍPIO** arcará em contrapartida a este **TERMO DE FOMENTO** com a complementação do valor repassado pela **AGEVAP** na quantia de R$ XXXXXXXXXXXXX a ser utilizado para a realização do objeto do presente Termo de Fomento. |
| **5.3.** | Considerando os valores em aporte pelas partes perfaz-se o Termo de Fomento com valor total de R$ XXXXXXXXXXX. |
|  | **5.3.1.** | Firma-se para todos os fins que qualquer despesa que ultrapasse o valor global correspondente aos aportes já destinados são de responsabilidade exclusiva do **MUNICÍPIO**. |
|  | **5.3.2.** | Contrariamente, após o procedimento da licitação promovida pelo **MUNICÍPIO**, sendo verificado que os valores propostos estão abaixo ao aportado pelas partes, deverá ser reduzido dos respectivos aportes a diferença de forma proporcional. |
| **CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS** |
| **6.1.** | A liberação dos recursos será efetuada após a comprovação pelo **MUNICÍPIO** de que as etapas do Cronograma Físico-financeiro foram concluídas de acordo com o Termo de Referência e o posterior ateste da **AGEVAP**.  |
|  | **6.1.1.** | A cada etapa concluída e respectiva medição, o **MUNICÍPIO** deverá apresentar Relatório de Execução Físico-financeiro à **AGEVAP**.  |
|  | **6.1.2.** | A liberação dos recursos ao **MUNICÍPIO** para pagamento de cada etapa estará sujeita à aprovação do respectivo Relatório de Execução Físico-financeiro por parte da **AGEVAP**. |
| **6.2.** | O **MUNICÍPIO** deverá obrigatoriamente manter os recursos repassados pela **AGEVAP** em conta bancária, aberta especificamente para as metas a serem alcançadas neste Termo de Fomento, o qual será: conta poupança n° XXX e agência XXX do Banco XXXX, e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho. |
| **6.3.** | Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores que um mês. |
| **6.4.** | Os rendimentos apurados em aplicações previstas no parágrafo terceiro, serão, obrigatoriamente, devolvidos à **AGEVAP** e sujeitos às mesmas condições de prestação de contas. |
| **6.5.** | O recurso financeiro para a execução do objeto deste Termo de Fomento, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: |
|  | **6.5.1.** | Pela **AGEVAP**: O recurso disponibilizado pela **AGEVAP** é proveniente do Programa XXXX XXXXXXX, do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), para o período de XXXXX;E do Programa XXXXXXXXX, do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), para o período de XXXXX. |
|  | **6.5.2.** | Pela **MUNICÍPIO**: O recurso disponibilizado pelo **MUNICÍPIO** é proveniente do Programa XXXX XXXXXXX, orçamento xxxxxx. |
| **6.6.** | Os recursos transferidos pela **AGEVAP** não poderão ser utilizados para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento. |
| **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES** |
| **7.1.** | O **TERMO DE FOMENTO** deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado: |
|  | **7.1.1.** | realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; |
|  | **7.1.2.** | pagar, a qualquer título, servidor ou funcionário público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica; |
|  | **7.1.3.** | alterar o objeto do **TERMO DE FOMENTO**, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta mediante aprovação da **AGEVAP**, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado; |
|  | **7.1.4.** | utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento; |
|  | **7.1.5.** | realizar despesa em data anterior à vigência deste instrumento; |
|  | **7.1.6.** | efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela **AGEVAP** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado; |
|  | **7.1.7.** | realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos. |
| **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** |
| **8.1.** | As prestações de contas dos recursos financeiros transferidos pela **AGEVAP** e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, deverão ser realizadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o pagamento de cada medição, considerando XX eventos de pagamento, de acordo com as entregas das medições no Termo de Referência, e, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência deste Termo de Fomento, da pactuação de termo aditivo ao Termo de Fomento ou da conclusão do objeto, devendo esta prestação ser realizada e apresentada dentro do prazo de vigência do **TERMO DE FOMENTO**. |
| **8.2.** | Deverá ser apresentado na ocasião da prestação de contas parcial os seguintes documentos:  |
|  | **8.2.1.** | cópias dos cheques e seus respectivos recibos, ou comprovantes de depósitos de cheques ou comprovantes de transferências bancárias |
|  | **8.2.2.** | notas de empenho; |
|  | **8.2.3.** | notas de liquidação; |
|  | **8.2.4.** | notas de pagamento; |
|  | **8.2.5.** | Guia da Previdência Social – GPS e seu respectivo comprovante de pagamento; |
|  | **8.2.6.** | Cópia do extrato da conta bancária específica; |
|  | **8.2.7.** | Documento de Arrecadação Municipal - DAM e seus respectivos comprovantes de pagamento. |
| **8.3.** | A prestação de contas final, a ser realizada após a conclusão do objeto pactuado, deverá conter, além dos documentos e informações apresentados pela **MUNICÍPIO,** os seguintes documentos complementares |
|  | **8.3.1.** | relatório de Execução Físico-Financeira |
|  | **8.3.2.** | relatório de Execução da Receita e Despesa |
|  | **8.3.3.** | relação de pagamentos efetuados |
|  | **8.3.4.** | conciliação do saldo bancário, quando for o caso |
|  | **8.3.5.** | cópia do extrato da conta bancária específica |
|  | **8.3.6.** | comprovante de devolução dos recursos não utilizados no projeto e dos rendimentos |
| **8.4.** | Considerando a realização de repasses, na forma do estabelecido à cláusula sexta, deverá haver a aprovação completa da prestação de contas parcial referente ao pagamento anterior, para que então ocorra a viabilidade do pagamento consecutivo, fato que uma vez não atendido, incorrerá na suspensão deste até a sua regularização, até mesmo a denúncia ou rescisão deste Termo de Fomento.  |
| **8.5.** | As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, além de recibos e comprovações de transferências e/ou depósito bancário em nome do **MUNICÍPIO**. |
| **8.6.** | Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, a **AGEVAP** estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei. |
| **8.7.** | O **MUNICÍPIO** deverá ser notificada previamente sobre as irregularidades apontadas, através de carta registrada com declaração de conteúdo, com cópia para a respectiva Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças ou similar. |
| **8.8.** | A **AGEVAP** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. |
| **8.9.** | Aprovada a prestação de contas e havendo saldo remanescente disponível, deverá proceder o **MUNICÍPIO** à restituição do mesmo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar a aprovação das contas. |
| **8.10.** | No caso de rejeição da prestação de contas, o **MUNICÍPIO** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, para reapresentar as contas, suprindo as pendências |
| **8.11.** | Mantida a rejeição das contas, instaurar-se-á processo administrativo em até 10 (dez) dias úteis, que deverá sanear a prestação de contas, sendo certo que, após sua conclusão, mantidas as irregularidades, deverá o **MUNICÍPIO** proceder à restituição dos valores controversos à **AGEVAP** no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar de sua notificação. |
| **CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS** |
| **9.1.** | Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo de Fomento, o **MUNICÍPIO**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contas da aprovação da prestação de contas ou do recebimento da notificação de restituição pela não aprovação da mesma, sob pena de imediata propositura de ação judicial, obriga-se a restituir à Conta nº XXXX, Operação nº XXXX, Agência nº XXXX do BANCO XXX, da **AGEVAP**: |
|  | **9.1.1.** | Eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do **TERMO DE FOMENTO**; |
|  | **9.1.2.** | o valor total transferido pela **AGEVAP** atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos: |
|  |  | **9.1.2.1.** | quando não for executado o objeto do **TERMO DE FOMENTO**; |
|  |  | **9.1.2.2.** | quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e |
|  |  | **9.1.2.3.** | quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste **TERMO DE FOMENTO**; |
|  | **9.1.3.** | o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais. |
|  | **PARÁGRAFO ÚNICO** | A inobservância ao disposto nesta cláusula ensejará a propositura da ação judicial cabível. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO** |
| **10.1.** | Este **TERMO DE FOMENTO** poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se lhes os benefícios adquiridos no mesmo período. |
| **10.2.** | Constitui motivo para rescisão deste **TERMO DE FOMENTO**, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações: |
|  | **10.2.1.** | utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; |
|  | **10.2.2.** | constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações; e |
|  | **10.2.3.** | falta de apresentação de prestações de contas parciais ou final. |
| **10.3.** | Para todos os efeitos será conferido às aplicações inerentes a esta cláusula o direito ao contraditório e ampla defesa ao partícipe que ensejou a denúncia/rescisão para prestar esclarecimentos, se assim desejar, no prazo de 5 (cinco) dias. |
| **10.4** | O prazo mínimo de antecedência para a publicidade da intenção de rescindir o presente **TERMO DE FOMENTO** não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO** |
| **11.1** | O Diretor-Presidente da **AGEVAP** indicará, no início da vigência do presente Termo de Fomento um empregado para fiscalizar e acompanhar a execução deste Termo de Fomento |
| **11.2.** | O empregado da AGEVAP precitado realizará o acompanhamento com base nas informações prestadas pelo Grupo de Acompanhamento determinado com fulcro na cláusula 4.2.4 deste instrumento. |
|  | **11.2.1** | Poderá ocorrer o acompanhamento e fiscalização da **AGEVAP** *in loco* se for constatada a necessidade, onde o **MUNICÍPIO** dará todo o suporte necessário para que esta atribuição se cumpra na integra. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO** |
| **12.1.** | A **AGEVAP** publicará, sob suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento |
|  | **PARÁGRAFO ÚNICO** | A **MUNICÍPIO** arcará com os custos de publicação dos termos aditivos que forem assinados em decorrência de eventual atraso do mesmo na consecução do objeto. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS** |
| **13.1** | O **MUNICÍPIO** terá a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, conforme art. 42, inciso XII da Lei Federal nº 13.019/2014. |
| **13.2** |  Aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas é garantido o livre acesso correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente **TERMO DE FOMENTO**, bem como aos locais de execução do respectivo objeto. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS** |
| **14.1.** | Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO** |
| **15.1.** | O Foro competente para dirimir questões relativas ao presente Termo de Fomento será a Comarca de Resende, estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. |
| **15.2.** | E assim, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas, sendo uma via arquivada na administração da **AGEVAP**. |
|  |
| Resende/RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_. |
|  |
|  | ANDRÉ LUÍS DE PAULA MARQUES**Diretor-Presidente** **AGEVAP** | FERNANDA VALADÃO SCUDINO**Diretora Executiva** **AGEVAP** |
|  |  |
| XXXXXXXXXXXXXXX**MUNICÍPIO DE XXXXXXXX/XX** |
|  |  |
|  | **TESTEMUNHAS:** |  |
|  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**NOME:****CPF:****RG:** |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME:**

**CPF:**

**RG:**